

Resolução de Provas Específicas de Filosofia – Aula 1



Resolução de Provas Específicas de Filosofia – Aula 1

1. Leia os textos a seguir:

TEXTO I

O ponto de partida dos pensadores naturalistas do século VI a.C. era a *physis*. Nesse conceito grego, estavam, inseparáveis, o problema da origem – que obriga o pensamento a ultrapassar os limites do que é dado na experiência sensorial – e a compreensão, por meio da investigação empírica, do que deriva daquela origem e existe atualmente.

(Adaptado de: JAEGER, W. Paidéia: a formação do homem grego. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p.135.)

TEXTO II

Os primeiros filósofos passaram a substituir todas as divindades míticas pelo ser impessoal, chamado princípio ou, em grego, *arché*. Àquela *arché* atribuíram tanto a origem de todas as coisas quanto a capacidade de compô-las e estruturá-las. Assim, ela representa uma racionalização das forças divinas, da sua causalidade.

(Adaptado de: TÜRCKE, C. O nascimento mítico do logos. In: DE BONI, L. A. (org.) Finitude e transcendência. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: PUCRS, 1996. p.89.)

Com base nos textos e a partir de seus conhecimentos sobre o surgimento e o desenvolvimento progressivo da Filosofia, explique o significado filosófico da proposição enunciada por Tales de Mileto de que a água é o princípio de todas as coisas.

2. Observe a charge e leia o texto:



Após descrever a **alegoria da caverna**, na obra *A República*, Platão faz a seguinte afirmação: Com efeito, uma vez habituados, sereis mil vezes melhores do que os que lá estão e reconheceréis cada imagem, o que ela é e o que representa, devido a terdes contemplado a verdade relativa ao belo, ao justo e ao bom. E assim teremos uma cidade para nós e para vós, que é uma realidade, e não um sonho, como atualmente sucede na maioria delas, onde combatem por sombras uns com os outros e disputam o poder, como se ele fosse um grande bem.

(PLATÃO. *A República*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. p.326.)

a) Segundo a alegoria da caverna de Platão e com base nessa afirmação, explique o modelo político que configura a organização da cidade ideal.

b) Com base em seus conhecimentos sobre a alegoria da caverna e a charge acima, explicita o que representa, do ponto de vista político, a saída do homem da caverna e a contemplação do bem.

3. Leia o texto a seguir.

A família é a associação estabelecida por natureza para suprir as necessidades diárias dos homens. Mas, quando várias famílias estão unidas em certo número de casas, e essa associação aspira a algo mais do que suprir as necessidades cotidianas, constitui-se a primeira sociedade, a aldeia. Quando várias aldeias se unem em uma única comunidade, grande o bastante para ser autossuficiente (ou para estar perto disso), configura-se a cidade, ou Estado – que nasce para assegurar o viver e que, depois de formada, é capaz de assegurar o viver bem. A cidade-Estado é a associação resultante daquelas outras, e sua natureza é, por si, uma finalidade: porque chamamos natureza de um objeto o produto final do processo de aperfeiçoamento desse objeto, seja ele homem, cavalo, família ou qualquer outra que tenha

existência. Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político.

(Adaptado de: ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p.145-146.)

Tendo como referência o pensamento político de Aristóteles na obra A Política, disserte sobre a relação entre o cidadão e a Cidade (pólis).

4. Leia o texto a seguir:

No livro I da República de Platão, o sofista Trasímaco faz a seguinte consideração.

“-Ó Heracles! Aí está a habitual ironia de Sócrates... Eu sabia disso e aos presentes já havia prevenido que tu não querias responder, que fingirias nada saber e tudo farias, menos **responder, se alguém te fizesse uma pergunta.**”

PLATÃO. República. Trad. de Anna Lía Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 18. A partir da leitura do texto acima, responda as seguintes questões.

- a) O que é a ironia Socrática?
- b) Com qual finalidade Sócrates é irônico?

5. Leia o texto a seguir

“Tudo o que se move é motivo por outro ser. Por sua vez, este outro ser, para que se mova, necessita também que seja motivo por outro ser. E assim sucessivamente. Se não houver um primeiro ser movente, cairíamos num processo infinito, o que é absurdo. Logo, é preciso que haja um primeiro ser movente que não seja movido por nenhum outro ser. Esse ser é Deus”.

Tomás de Aquino. Suma Teológica. Citado por: COTRIM, Gilberto. Fundamentos de Filosofia. São Paulo: Saraiva, 1996. P.135.

O texto acima apresenta uma das cinco provas da existência de Deus chamada por alguns de argumento do Primeiro Motor, proposta por Tomás de Aquino. Comente a influência de Aristóteles na elaboração do argumento dessa prova.

6. Leia o texto a seguir:

Segundo Descartes, o bom método é aquele que nos permite conhecer o maior número possível de coisas, com o menor número de regras. Deste modo, ele pretende estabelecer um método universal inspirado no rigor da matemática e no encadeamento racional. Para ele,

pautado no ideal matemático, o método deve converter-se em uma mathesis universalis: conhecimento completo e inteiramente dominado pela razão.

(Adaptado de: JAPIASSU, H. O racionalismo cartesiano. In: REZENDE, A. (org.) Curso de Filosofia. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.104-105.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o Discurso do Método, de Descartes, enumere e descreva as quatro regras apresentadas pelo filósofo para o método.

7. Leia o texto a seguir.

Hume considerou não haver nenhuma razão para supor que, dado **o que se chama um “efeito”**, deva haver uma causa invariavelmente unida a ele. Observamos sucessões de fenômenos: à noite sucede o dia, ao dia, a noite etc.; sempre que se solta um objeto, ele cai no chão etc. Diante da regularidade observada, concluímos que certos fenômenos são causas e outros, **efeitos. Entretanto, podemos afirmar somente que um acontecimento sucede a outro - não podemos compreender que haja alguma força ou poder pelo qual opera a chamada “causa”, e não podemos compreender que haja alguma conexão necessária entre semelhante “causa” e seu suposto “efeito”.**

(FERRATER-MORA, J. Dicionário de Filosofia, Tomo I, São Paulo: Loyola, 2000, p.427.)

a) Com base na Filosofia de Hume, explique a importância do conceito de causalidade para o conhecimento dos fenômenos naturais.

b) Explique a leitura que Hume faz do empirismo.

8. Leia os textos a seguir.

TEXTO I

A única maneira de instituir um tal poder comum é conferir toda sua força e poder a um homem ou a uma assembléia de homens. É como se cada homem dissesse a cada homem:

Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado.

(Adaptado de: HOBBS, T. Leviatã. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.109. Coleção Os Pensadores.)

TEXTO II

O ponto de partida e a verdadeira constituição de qualquer sociedade política não é nada mais que o consentimento de um número qualquer de homens livres, cuja maioria é capaz de se unir e se incorporar em uma tal sociedade. Esta é a única origem possível de todos os governos legais do mundo.

(Adaptado de: LOCKE, J. Segundo tratado do governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.141. Coleção Os Pensadores.)

A partir da análise dos textos e dos conhecimentos sobre o jusnaturalismo e contratualismo no que se refere à instituição do Estado, explique as diferenças entre o contrato proposto por Hobbes e o proposto por Locke.

9. Leia o texto a seguir:

A visão de Kant sobre o Iluminismo articula-se com sua filosofia moral da seguinte forma: o propósito iluminista é abandonar a menoridade intelectual para se pensar autonomamente.

Além disso, pensar por si mesmo não significa a rigor ceder aos desejos particulares. Portanto, o iluminista não defende uma anarquia de princípios e de ação; trata-se, sim, de elevar a moral ao nível da razão, como uma legisladora universal que decide sobre máximas que se aplicam a todos indistintamente.

(BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. Ética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.22-23.)

Com base no texto responda:

- a) De acordo com a filosofia moral kantiana, explique a diferenciação entre autonomia e heteronomia.
- b) Explique o significado do imperativo categórico de Kant.

10. Leia os fragmentos a seguir.

A monarquia absoluta é incompatível com a sociedade civil, não podendo ser uma forma de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão que obedecer. [...] Quem julgará se o príncipe ou o legislativo agem contrariamente ao encargo recebido? A isto respondo: O povo será o juiz; porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age

bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda o poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever?

(Adaptado de: LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo (ou Ensaio sobre o Governo Civil). 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.250 e p.312.)

Com base nos fragmentos e nos conhecimentos sobre a filosofia política de John Locke, descreva o modelo de governo civil proposto pelo filósofo.

Gabarito

1. A proposição enunciada por Tales de Mileto de que a água é o princípio de todas as coisas inaugura um conhecimento que concebe racionalmente o mundo determinado por uma ordem intrínseca à natureza (*physis*) e não governado pelo divino. Nesse aspecto, esta proposição marca uma transição gradativa de um pensamento forjado pelas representações míticas para o pensar racional (*logos*) que formula uma explicação racional sobre o princípio originário e não originado de todas as coisas (*archê*). Essa proposição afirma a existência de um princípio único, causa de todas as coisas que são. Implica, pois, uma compreensão racional da *physis* fundada nas ideias de unicidade, de totalidade e de causalidade, distanciando-se da dispersão das narrativas míticas de suas representações que encaravam o mundo como um agregado de fragmentos diferenciados, longe de qualquer unidade. Abre-se uma nova racionalidade – analítica e reflexiva – que esboça a ideia de uma legalidade ou de uma ordem universal no mundo concebido como *physis*: tudo está interligado e, desse modo, se revela como um *Cosmos* desmitizado.
2. a) Platão dedica boa parte da obra A República para desenvolver o projeto da cidade ideal, local onde está contido o seu projeto político. Em primeiro lugar, Platão rejeita as cidades **existentes como modelos de cidades justas, afinal não podemos esquecer que** foi a Atenas democrática que permitiu a morte de Sócrates. Em segundo, para vislumbrar a justiça no indivíduo, antes necessitamos enxergar o conceito de maneira ampliada, isto é, na cidade. A cidade justa de Platão contempla trabalhadores, soldados e governantes realizando as funções para as quais possuem as competências necessárias. Assim como na cidade platônica é o guardião que governa, também no indivíduo é a razão que deve guiá-lo.
b) Na charge os personagens estão presos por correntes ao televisor.
Consequentemente, a realidade é filtrada pela tela da TV. Da mesma forma, os homens que na caverna contemplavam sombras como se fossem verdades, quando libertos, passam a enxergar a realidade sem o filtro das imagens enganosas. Essa saída da caverna significa a contemplação do bem e o acesso às ideias. No âmbito político, representa a possibilidade do exercício do governo à luz da justiça e o afastamento das formas de dominação.
3. Como ressaltado pelo texto de Aristóteles, a família e a aldeia satisfazem as necessidades em sentido amplo, mas não atendem de forma plena as exigências para o “viver bem”. **“O Estado tem, por natureza, mais importância do que a família e o**

indivíduo, uma vez **que o conjunto é necessariamente mais importante do que as partes**” (p.146). Tais condições somente são atingidas com a cidade-Estado, **que é “uma forma natural de associação” que engloba as formas anteriores. Em *A Política*, Aristóteles defende o vínculo entre Estado e natureza de forma intensa, ao contrário dos Sofistas que advogavam a tese de que a pólis resultava de mera convenção. Nesse sentido, “o Estado é uma criação da natureza e o homem é, por natureza, um animal político” (p.146).** É nesse contexto que se insere o indivíduo (cidadão). Ele partilha com a cidade a mesma espécie de bem, apenas em grau menos elevado (o cidadão é menos importante do que a pólis). É na pólis que o homem vive, mas não meramente como espectador, pois é nela que ele se auto constitui a partir da participação política na condução dos negócios públicos. O homem é, portanto, um animal político que vive em uma sociedade organizada politicamente.

4. a) A ironia socrática é uma parte do método utilizado por Sócrates para refutar seus interlocutores, quando esses acreditam e, até mesmo, anunciam possuir um saber. Nesse sentido, a ironia socrática é um método de combater pretensos saberes. Sócrates não é um dissimulado, alguém que finge nada saber, pois, na verdade, ele se reconhece como ignorante; sua sabedoria consiste em saber que não sabe, isto é, em ter consciência de sua ignorância. Por causa disso, Sócrates adotou como finalidade de sua filosofia interrogar (ou refutar) todos aqueles que se julgam sábios.
b) Embora o sofista Trasímaco considere a ironia socrática uma dissimulação, ou seja, uma estratégia para se desviar dos temas debatidos, sabe-se que o intuito de Sócrates não se identifica com um “fingir nada saber”. O método dialético de Sócrates pressupõe pelo menos dois interlocutores – um perguntador e um respondedor –, característica imprescindível para a efetivação do método. Sendo assim, se Sócrates é irônico para não dar resposta aos seus interlocutores, não é para fingir não saber, mas para se posicionar no papel de interrogador no processo dialético; o que lhe permitirá efetivar seu método.
5. O argumento Primeiro Motor imóvel tem na metafísica aristotélica o seu fundamento filosófico. Isso porque, segundo o filósofo grego, para que haja movimento, é necessário que haja uma causa eficiente e, no limite, uma primeira causa, um primeiro motor que move sem ser movido. Tomás de Aquino apreende essa ideia, afirmando que esse primeiro motor é Deus.
6. No Discurso do Método, Descartes está preocupado em encontrar o caminho para **“conduzir bem a razão”**. Seu propósito, como explanado ao longo da obra, é afastar-se das incertezas do conhecimento vigente à época, a exemplo da maioria dos ensinamentos aprendidos **no La Fleche, e buscar a “verdade presente na ciência”**. Para

atingir esse objetivo deve-se evitar o incerto e o duvidoso, o que somente pode ocorrer se agirmos sob a condução de um método adequado. É com esse propósito que Descartes apresenta as regras ou preceitos do método. O primeiro preceito ou regra do **método consiste em “acolher como verdadeiro apenas aquilo que, para ser conhecido, seja evidente”**. Para tal, deve-se evitar a “precipitação” e contemplar nos juízos tão **somente aquilo que for “claro e distinto”**. Trata-se da “**regra da evidência**”, que acolhe apenas o que não for passível de dúvida. A segunda regra ou preceito consiste em dividir as dificuldades em partes para examiná-las e, assim, encontrar a resolução. A divisão e o estudo em separado de cada parte permite enfrentar melhor as dificuldades para acessar o problema. Trata-se da “**regra da análise**”. A **terceira regra ou preceito consiste na organização do pensamento, partindo do mais simples para, aos poucos, chegar ao mais complexo**. Observa-se uma ordem. Trata-se da “**regra da síntese**”. **Por fim, a quarta regra ou preceito preconiza fazer enumerações e revisões completas para nada ficar de fora**. Trata-se da “**regra do desmembramento ou enumeração**”.

7. a) Hume aponta o conceito de causalidade como importante para a geração do conhecimento extraído da experiência. O conhecimento empírico apreende a relação causal dos fenômenos naturais, sendo que é por meio da pressuposição da causalidade que nasce a maneira habitual de se conceber a constância e a regularidade do dinamismo próprio da natureza. Logo, o conhecimento empírico é formado pela constatação da relação de causalidade existente entre os fenômenos da natureza, o que permite dizer que sem a causalidade não haveria como processar o conhecimento empírico.
- b) **As reflexões da Hume sobre o empirismo demonstram a existência de um ceticismo mitigado quanto à possibilidade de a experiência constituir-se em fundamento último do conhecimento**. Fica evidente que o conhecimento empírico, em última instância, baseia-se na crença de que a repetição constante de causas semelhantes gera efeitos semelhantes. Essa compreensão resulta na convicção de que relações causais **observadas no passado garantem repetição “certa” no futuro**. Isso, segundo Hume, não passaria de crença, o que por sua vez colocaria uma considerável dose de ceticismo na base do próprio empirismo.
8. **Para Hobbes, o contrato é firmado pelos homens naturais entre si, que outorgam a um terceiro o poder soberano, sendo a instituição deste apenas a conclusão do contrato**. O Estado é instituído, quando uma multidão de homens escolhe um representante e aceita todos os seus atos e decisões como se fossem seus atos e decisões. Assim, em Hobbes os seres humanos, com o objetivo de preservar suas vidas, transferem a outro homem ou assembleia a força de coerção da comunidade; trocam voluntariamente a liberdade que possuíam no estado de natureza pela segurança do Estado - Leviatã. Para Locke os seres

humanos concordam em estabelecer a sociedade política - civil - com o objetivo de preservar e consolidar os direitos que já possuíam no estado de natureza - direito à vida, à liberdade e aos bens. Locke acredita que no estado civil os direitos naturais inalienáveis estarão mais bem protegidos sob o amparo da lei, do arbítrio e da força do corpo político unitário. Espera-se que o candidato apresente as diferenças entre o contrato apresentado por Hobbes e o apresentado por Locke, isto é:

- que, em Hobbes, o Estado é instituído, quando uma multidão de homens escolhe um representante e aceita todos os seus atos e decisões como se fossem seus atos e decisões;
- que, para Hobbes, os homens naturais entre si outorgam a um terceiro o poder soberano, sendo o soberano apenas a conclusão do contrato;
- que, para Hobbes, o contrato que institui o Estado tem como objetivo preservar a vida dos indivíduos;
- que, em Hobbes, os indivíduos transferem a liberdade que possuíam no estado de natureza pela segurança do estado - Leviatã;
- que, para Locke, os seres humanos concordam em estabelecer a sociedade política - civil - com o objetivo de preservar e consolidar os direitos que já possuíam no estado de natureza - direito à vida, à liberdade e aos bens;

9. a) Enquanto a autonomia refere-se à capacidade de autodeterminação da vontade com o **propósito de realizar uma ação sem influência externa ou de qualquer impulso subjetivo**, mas tão somente pela imposição do dever de cumprir aquilo que foi previamente designado pela razão, a heteronomia refere-se **a ações realizadas sob a influência de elementos externos à própria razão**. Trata-se de casos em que a determinação da **vontade humana se dá mediante influência externa à própria razão, como o cumprimento de mandamentos divinos, ou elementos outros que afetam o desejo ou a dimensão da sensibilidade humana, determinando e influenciando a sua escolha**.
- b) O imperativo categórico é um procedimento formal dado, segundo Kant, pela própria razão e dispõe das condições de discriminar máximas subjetivas de ação com a pretensão de fazer valer aquelas que se enquadram numa possível legislação universal.
10. Segundo Locke, o modelo de governo civil vincula-se ao pacto proveniente do mútuo consentimento entre indivíduos igualmente livres, pelo direito natural. Portanto, tem seu fundamento na condição livre e igualitária dos homens, rompendo com a visão hierárquica do mundo que servia de base de legitimação das monarquias absolutas. Aqui, não se refere a um contrato entre governantes e governados. Como cidadãos, os indivíduos não renunciam aos seus próprios direitos naturais – absolutamente privados, inalteráveis e inalienáveis – em favor do poder dos governantes. A sociedade política é

instituída pelos participantes do pacto, tendo por finalidade empregar sua força coletiva na proteção e na execução das leis naturais. Estas, no estado natural, estariam ameaçadas, sobretudo, a preservação da vida, a conservação da liberdade e da igualdade e o gozo da propriedade proveniente do trabalho. Por isso, a instituição da sociedade civil, sobretudo, tem por objetivo reprimir quaisquer violações a estes direitos naturais e, deste modo, para que possam ser assegurados e usufruídos, garantir a paz necessária. O mútuo consentimento permite aos cidadãos – neste modelo – instalar a forma de governo que julgarem conveniente. Aos governantes, é outorgado o poder que, no entanto, além de limitado, é revogável pelo poder originário e soberano dos cidadãos. São eles que decidem seu destino político e o da sociedade. Neste modelo de governo civil, Locke defende o direito de resistência e insurreição quando ocorre abuso do poder por parte das autoridades que usurpam de suas prerrogativas e violam o pacto e suas finalidades.